

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Grupo Parlamentar do PCP recebeu, de um cidadão, a denúncia que passamos a transcrever:

*"Desde 2017 que alerto para estas injustiças, para quando uma fiscalização a sério? Mais uma vez alerto para o facto de a Momel em Amarante (nif:502450800) não está a cumprir os horários de trabalho. Obrigam os trabalhadores assinar folhas de presença com os horários predefinidos pela administração. O horário de todos os trabalhadores são de 9/10horas diárias, entram as 8.30 saiem as 19, e ainda trabalham aos sábados de manhã.*

*As férias são marcadas, na sua totalidade, igualmente pela administração.*

*Obrigam determinados colaboradores a trabalharem na quinta da levada, quinta esta do dono da empresa, sem qualquer contribuição.*

*E fácil de comprovar com as câmaras de segurança existentes ou com o horário que se encontra no sistema de faturação."*

Esta denúncia das condições laborais nesta empresa de comércio de materiais de construção e de aquecimento, com sete lojas em diversos pontos do norte do País e uma em Angola, pela sua gravidade, não pode ficar sem uma intervenção das entidades competentes.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais em vigor, solicitamos ao Governo, através dos respetivos ministérios, que nos informe do seguinte:

1. Conhece o Governo a situação atrás descrita?
2. Quantos trabalhadores tem a empresa em questão?
3. A Autoridade para as Condições de Trabalho já procedeu a alguma ação inspetiva na empresa citada, mormente relativamente às situações aqui referenciadas? Se sim, a que conclusões chegou?
4. A empresa em causa recebeu, nos últimos 5 anos apoios nacionais ou comunitários?
5. Que medidas tenciona o Governo tomar para defender os direitos destes trabalhadores.

Palácio de São Bento, 29 de janeiro de 2024

Deputado(a)s

ALFREDO MAIA(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)